

Relatório de

Gestão

2023





Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Interooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



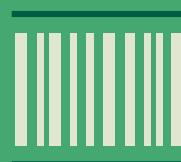
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

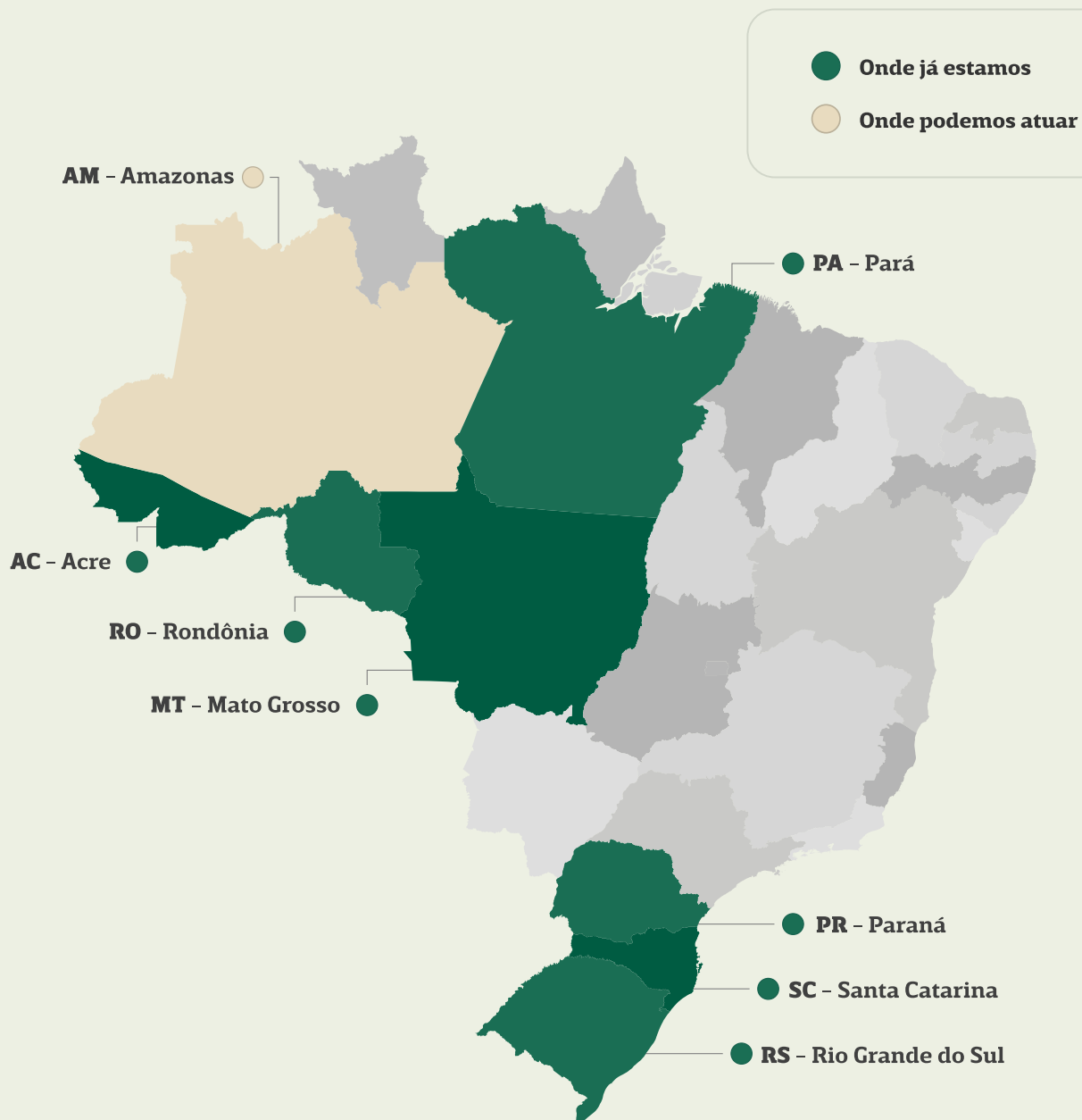


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	13
Ações Sociais ESG	14
Relatório dos Auditores Independentes	16
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações do resultado	20
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23
1 Contexto operacional	23
2 Apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	24
2.2 Continuidade dos negócios	26
3. Políticas contábeis materiais	26
4 Caixa e equivalentes de caixa	29
5 Títulos e valores imobiliárias	29
6 Relações interfinanceiras	29
7 Operações de crédito	30
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31
9 Outros ativos	31
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	31
11 Depósitos	32
12 Recursos de aceite e emissão de títulos	32
13 Relações interfinanceiras	32
14 Outros Passivos	33
15 Passivos contingentes	33
16 Patrimônio líquido	33
17 Ingressos de operações de crédito	34
18 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	35
19 Dispêndios e despesas de pessoal	35
20 Outros dispêndios e despesas administrativas	35
21 Outros ingressos e receitas operacionais	36
22 Outros dispêndios e despesas operacionais	36
23 Outras receitas e despesas	36
24 Resultado não recorrente	36
25 Partes relacionadas	37
25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	37
26 Índice de Basileia	38
27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	38
28 Seguros contratados	40

Parecer Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do conselho Fiscal da CrediSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia e no exercício das atribuições legais e estatutárias, em observância ao dispositivo no artigo 56, da lei 5.764/71, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos estes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CrediSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia em 31/12/2023 e por este motivo, o Conselho Fiscal opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos.

Rolim de Moura, 25 de março de 2024.

Sandro Luiz Matievicz
Coordenador

Rosilene Edna Negri Olenchi
Membro Efetivo

Sandra Ferreira Pinto
Membro Efetivo

Palavra do Presidente

Associados, é com imensa satisfação que me dirijo a vocês neste momento de assembleia geral para compartilhar os resultados obtidos pela nossa cooperativa durante o exercício de 2023. A CrediSIS Sudoeste, com mais de 23 anos de trajetória, tem se destacado pelo seu crescimento e atendimento humanizado, taxas justas e com foco no associado e nas suas necessidades.

Ao encerrarmos o ano contabilizamos quadro de 6.660 associados, carteira de crédito de R\$ 110,5 milhões e ativos totais de R\$ 140,4 milhões. Somado aos juros ao capital, entregamos resultado de R\$ 4,5 milhões, números que expressam nosso comprometimento em desenvolver a CrediSIS Sudoeste/RO.

Trabalhamos para proteger o que é mais importante para nossos associados. Encerramos 2023 com mais de 850 associados com seguros vigentes, foram mais de R\$ 900 mil de seguros contratados. Participamos da realização de sonhos, com mais de R\$ 1,3 milhões de contemplações de consórcios e mais de 13 milhões de consórcios vendidos.

Com isso, é louvável reconhecer que, com o trabalho conjunto da diretoria executiva, conselheiros, colaboradores e associados, daremos novos passos rumo a expansão da nossa cooperativa.

Compartilho com vocês, que neste ano de 2024 a CrediSIS Sudoeste/RO inaugura novos pontos de atendimento nos municípios de São Felipe D'Oeste, Parecis e Chupinguaia. Estamos ansiosos para alcançar novos horizontes e continuar a servir nossos associados com excelência no atendimento.

Lembrando sempre do nosso propósito que é: “Promover cooperação para gerar prosperidade e realizar sonhos.”



Paulo Henrique Gonçalves Lima

Presidente
CrediSIS Sudoeste/RO

Relatório da Administração

Exercício 2023

Em observância à Resolução CMN n.4.818 de 29/05/2020, à Instrução Normativa BCB nº236 de 17/02/2022 e prezando pelo princípio da transparência e boas práticas de governança corporativa, prestamos contas das nossas atividades desenvolvidas no exercício de 2023.

Evidencia-se o crescimento percentual de 49% da carteira de crédito recurso próprio e carteira de crédito rural via repasse. A captação em LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) que passou a ser mais uma opção efetiva de investimento para o associado, ganhou destaque no segundo semestre/23 e junto ao RDC e depósito à vista apresentaram crescimento de 8% no saldo total de depósito.

As ações desempenhadas para melhorar os indicadores econômico-financeiros da cooperativa, contribuíram na eficiência administrativa e também para o crescimento de 17% dos ativos totais, 12% do capital social e 20% do patrimônio líquido. As sobras brutas do exercício correspondem a 2,6 milhões de reais e juros ao capital de 1,9 milhões que somados, apresentam resultado de 4,5 milhões que serão apresentados para o quadro social da CrediSIS Sudoeste/RO na Assembleia Geral.

A CrediSIS Sudoeste/RO manteve-se comprometida com ações do setor de recuperação de crédito centralizado na matriz da cooperativa, cujo o principal objetivo é combater a inadimplência da carteira e prejuízo de forma eficaz. A cooperativa atua em três frentes de recuperação, sendo a cobrança administrativa (extrajudicial) realizada por setor interno, a cobrança judicial conduzida por escritório de advocacia prestador de serviço, e cobrança administrativa terceirizada realizada por empresa especializada no mercado.

O monitoramento da Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa-PCLD foi acompanhado cuidadosamente para que as provisões realizadas fossem suficientes para suportar as perdas esperadas da carteira de crédito, no exercício a cooperativa apresentou índices suficientes para cobertura de inadimplência e ativo problemático.

Considerando o risco inerente ao segmento do crédito, realizamos treinamento para capacitação dos colaboradores visando a estruturação de um modelo operacional eficiente para análise e concessão de crédito. Os membros estatutários, presidente, conselheiros e diretoria executiva participaram do 1º Workshop de Riscos e Supervisão realizado pela Central CrediSIS, onde foi debatido temas relevantes para o acultramento de riscos e a importância do papel da Central na supervisão auxiliar.

Como agente de intermediação financeira, a cooperativa é filiada ao sistema CrediSIS e, portanto, adere aos normativos sistêmicos e legislação vigente, desta forma se mantém sob a estrutura de gerenciamento de crédito do Sistema que prevê adequada validação dos procedimentos internos. Nossa política de classificação de crédito segue em conformidade com a Resolução CMN nº2.682/99 por meio da utilização de ferramenta sistêmica para avaliação do rating.

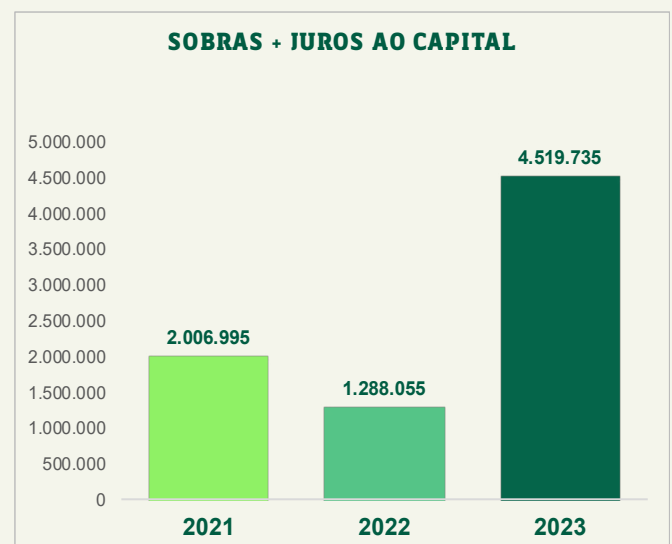
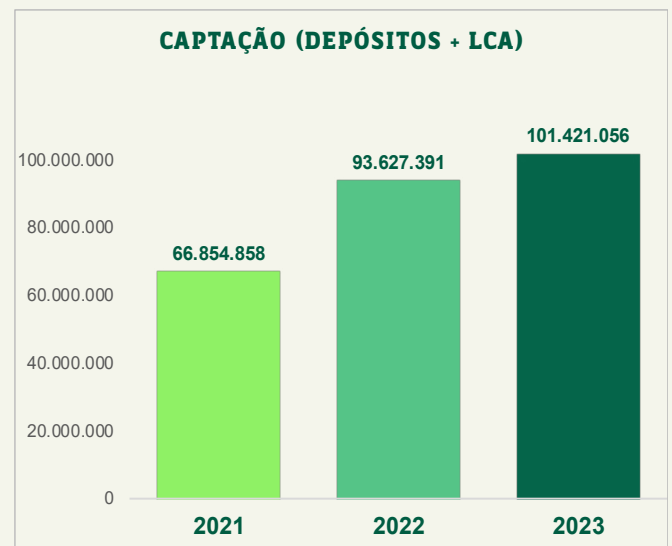
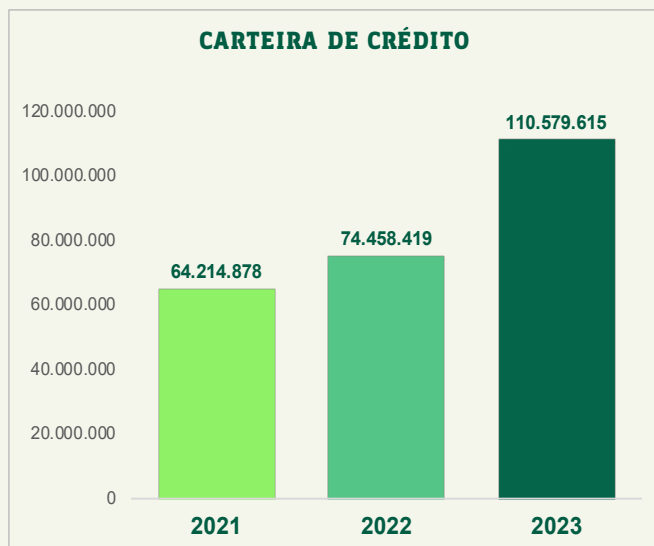
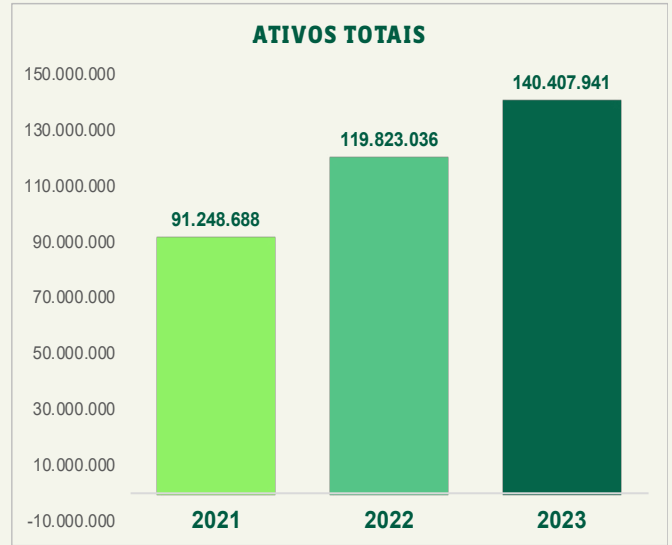
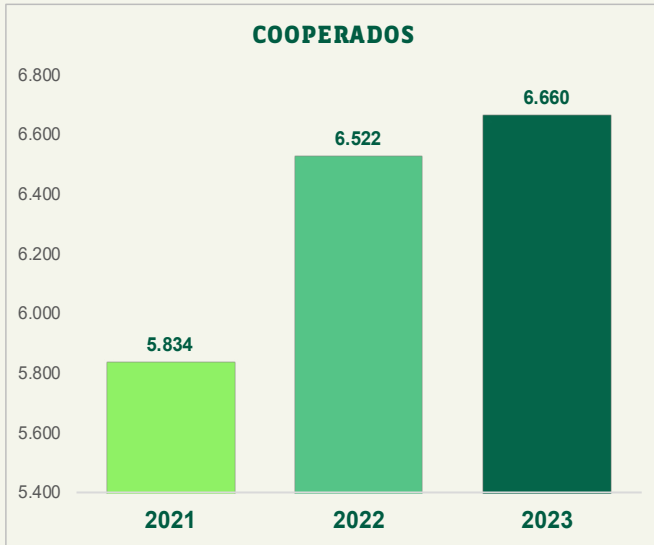
Visando o princípio da transparência, o canal de ouvidoria do Sistema CrediSIS tem como objetivo principal, acolher e tratar com ética e agilidade todos os registros feitos pelos associados e imparcialidade na resolução dos conflitos. No segundo semestre a CrediSIS Sudoeste/RO recebeu 03 (três) registros de ouvidoria sendo todos devidamente tratados e resolvidos dentro do prazo legal estabelecido.

Nosso processo assemblear 2023 foi composto por uma pré-assembleia realizada no formato digital e assembleia geral de delegados ocorrida no dia 13 de abril de 2023 de forma presencial. Já no último trimestre do exercício realizou-se a eleição do novo quadro delegados que representaram os demais associados nas decisões assembleares dos próximos 02 (dois) anos de mandato, conforme o Estatuto Social da CrediSIS Sudoeste/RO.

Continuamos empenhando esforços para a condução de uma gestão alinhada aos princípios cooperativistas e de governança, que garanta mais profissionalismo, competitividade e desenvolvimento para a cooperativa.

Paulo Henrique Gonçalves Lima
Presidente

Evolução dos Resultados



Ações Sociais ESG



Campanha Prato Cheio- Alta Floresta d'Oeste.



Campanha Prato Cheio - AFO.



Copa Rotary Futsal & CredisSIS Sudoeste



Campanha Latinha Solidária- Alto Alegre dos Parecis.



Campanha Latinha Solidária- Pimenta Bueno.



Campanha Latinha Solidária- Pimenta Bueno.



Campanha Latinha Solidária- Rolim de Moura.



Campanha Latinha Solidária- Rolim de Moura.



Palestra cooperativismo e educação financeira para alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Aluizio Pinheiro Ferreira em Rolim de Moura.



Palestra cooperativismo e educação financeira para alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Aluizio Pinheiro Ferreira em Rolim de Moura.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da CredisSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia. Rolim de Moura - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CredisSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia. ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CredisSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de fevereiro de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S "RO"

André Zerbetto Chinarello

Contador - CRC 1SP335254/O-8 S "RO"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	984.567	720.124
Instrumentos financeiros		141.852.581	121.640.203
Títulos e valores mobiliários	5	6.406.579	3.911.148
Relações interfinanceiras	6	24.177.520	42.567.248
Relações interdependências		80.000	387.100
Operações de crédito	7	110.579.616	74.458.419
Outros ativos financeiros		608.866	316.288
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(6.568.916)	(5.943.991)
Ativos fiscais correntes e diferidos		28.177	17.792
Outros ativos	9	1.880.352	1.207.189
Imobilizado de uso	10	4.415.515	4.135.353
Intangível	10	113.248	81.141
(-) Depreciações e amortizações	10	(2.297.583)	(2.034.775)
Total do Ativo		140.407.941	119.823.036
Passivo			
Depósitos	11	80.253.365	93.627.391
Demais instrumentos financeiros		30.567.162	513.169
Recursos de aceite e emissão de títulos	12	21.167.691	-
Relações interfinanceiras	13	9.271.484	403.327
Outros passivos financeiros		127.987	109.842
Obrigações fiscais correntes e diferidas		334.269	299.059
Outros passivos	14	3.122.998	3.423.673
		114.277.794	97.863.292
Patrimônio líquido	16		
Capital social		17.710.923	15.877.657
Reservas de sobras		7.373.273	5.935.091
Sobras acumuladas		1.045.951	146.996
		26.130.147	21.959.744
Total do passivo e patrimônio líquido		140.407.941	119.823.036

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
	NOTA	2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		13.735.345	26.979.099
Operações de crédito	17	11.518.786	22.133.790
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	2.216.559	4.845.309
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(6.522.060)	(13.544.597)
Operações de captação no mercado	11	(4.508.395)	(9.303.549)
Operações de empréstimos e repasses	13	(88.705)	(93.821)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	(1.924.960)	(4.147.227)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.213.285	13.434.502
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(4.149.780)	(8.730.279)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18	1.415.027	2.593.211
Rendas de tarifas	18	22.297	49.103
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(2.945.995)	(5.835.342)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(4.075.331)	(8.468.309)
Dispêndios e despesas tributárias		(711)	(9.706)
Outros ingressos e receitas operacionais	21	1.725.488	3.496.944
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	(290.555)	(556.180)
Resultado operacional		3.063.505	4.704.223
Outras receitas e despesas	23	(66.865)	(183.674)
Sobras antes da tributação e participações		2.996.640	4.520.549
Imposto de renda e contribuição social		(782)	(954)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(391)	(477)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(391)	(477)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		2.995.858	4.519.595
Juros ao capital	16	(890.270)	(1.902.825)
Sobras do período antes das destinações		2.105.588	2.616.770

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
	Exercício	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	2.995.858	4.519.595
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	2.995.858	4.519.595

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2022	14.705.595	5.732.971	560.077	20.998.643
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	491.638		(491.638)	-
Ao FATES			(56.008)	(56.008)
Sobras não pagas			(12.431)	(12.431)
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	1.052.951		-	1.052.951
Por devolução (-)	(1.242.202)		-	(1.242.202)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital			1.288.055	1.288.055
Provisão de juros sobre o capital próprio			(920.323)	(920.323)
Juros sobre o capital próprio, líquido	869.675		-	869.675
Destinações das sobras do período:				
Reserva legal		202.120	(202.120)	-
FATES - Atos cooperativos			(18.375)	(18.375)
FATES - Atos não cooperativos			(241)	(241)
Saldos em 31/12/2022	15.877.657	5.935.091	146.996	21.959.744
Saldos em 01/01/2023	15.877.657	5.935.091	146.996	21.959.744
Ajustes de exercícios anteriores			141	141
Destinações das sobras do exercício anterior:				
Ao capital	142.563		(142.563)	-
Distribuição de sobras para associados			(4.433)	(4.433)
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	1.290.508		-	1.290.508
Por devolução (-)	(1.361.844)		-	(1.361.844)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital			4.519.595	4.519.595
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio	1.762.039		(1.902.825)	(140.786)
Destinações das sobras do período:				
Reserva legal		1.438.182	(1.438.182)	-
FATES - Atos cooperativos			(130.744)	(130.744)
FATES - Atos não cooperativos			(2.034)	(2.034)
Saldos em 31/12/2023	17.710.923	7.373.273	1.045.951	26.130.147
Saldos em 01/07/2023	15.426.489	5.935.091	511.323	21.872.903
Movimentação de capital:				
Por Subscrição/realização	1.069.021		-	1.069.021
Por devolução (-)	(546.626)		-	(546.626)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital			2.995.858	2.995.858
Remuneração de juros sobre o capital próprio:				
Provisão de juros sobre o capital próprio			(890.270)	(890.270)
Juros sobre o capital próprio, líquido	1.762.039		-	1.762.039
Destinações das sobras do período:				
Reserva legal		1.438.182	(1.438.182)	-
FATES - Atos cooperativos			(130.744)	(130.744)
FATES - Atos não cooperativos			(2.034)	(2.034)
Saldos em 31/12/2023	17.710.923	7.373.273	1.045.951	26.130.147

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras antes da tributação e participações	2.996.640	4.520.549	1.289.671
Ajuste de exercícios anteriores	-	141	-
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.924.960	4.147.227	3.294.730
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	(2.138)	(2.642)	4.057
Depreciações e amortizações	154.617	338.551	563.045
Sobras antes da tributação e participações ajustado	5.074.079	9.003.826	5.151.503
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	(1.270.281)	(2.495.431)	(266.748)
Relações interfinanceiras	1.206.858	157.410	(280.921)
Operações de crédito	(39.423.205)	(39.948.722)	(10.849.284)
Outros ativos financeiros	926.172	12.645	72.293
Ativos fiscais correntes e diferidos	(6.426)	(10.385)	(10.156)
Outros ativos	(86.117)	(673.163)	(618.367)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	(20.488.672)	(13.374.026)	26.772.533
Recursos de aceite e emissão de títulos	18.326.164	21.167.691	-
Relações interfinanceiras	8.046.496	8.868.157	9.598
Outros passivos financeiros	(40.522)	18.145	7.348
Obrigações fiscais correntes e diferidas	47.034	35.210	128.046
Outros passivos	1.347.686	(2.203.500)	645.075
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	-	(56.008)
FATES - Atos cooperativos	(130.744)	(130.744)	(18.375)
FATES - Atos não cooperativos	(2.034)	(2.034)	(241)
Imposto de renda	(391)	(477)	(584)
Contribuição social	(391)	(477)	(1.032)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(26.474.294)	(19.575.875)	20.684.680
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(117.180)	(353.263)	(257.454)
Aquisição de intangível	(2.046)	(32.107)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(119.226)	(385.370)	(257.454)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	1.069.021	1.290.508	1.052.951
Devolução de capital à cooperados	(546.626)	(1.361.844)	(1.242.202)
Sobras não pagas	-	-	(12.431)
Distribuição de sobras para associados	-	(4.433)	-
Provisão de juros sobre o capital próprio	1.762.039	1.762.039	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	522.395	1.686.270	(201.682)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(26.071.125)	(18.274.975)	20.225.544
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (nota 4)	51.082.016	43.285.866	23.060.322
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (nota 4)	25.010.891	25.010.891	43.285.866
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(26.071.125)	(18.274.975)	20.225.544

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A CredisSIS Sudoeste/RO - Cooperativa de Crédito e Investimento do Sudoeste de Rondônia. ("Cooperativa"), fundada em 26 de abril de 2000, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 10 de agosto de 2000, através do registro sob nº 03.985.375/0001-46.

A Cooperativa está sediada na Rua Barão de Melgaço, nº 4.799, centro, em Rolim de Moura RO e tem sua área de ação circunscrita ao município sede e aos seguintes: Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cabixi, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado D'Oeste, Corumbiara, Novo Horizonte D'Oeste, Ministro Andreazza, Pimenta Bueno, Rolim de Moura (Sede), Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, Primavera de Rondônia e Vilhena, todos no estado de Rondônia.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27,

33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros

será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.

- **Etapa 03 (2024):** Sistemas – Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materias

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Títulos e valores mobiliários – participações em cooperativas

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e

seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no

futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	984.567	720.124
Relações interfinanceiras (nota 6)	23.946.324	42.178.642
Relações interdependências	80.000	387.100
	25.010.891	43.285.866

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Descrição	Não circulante	Não circulante
CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda	6.406.579	3.911.148
	6.406.579	3.911.148

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credis está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais”.

6. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Direitos junto ao sistema de liquidação	231.196	388.606
Centralização financeira	23.946.324	42.178.642
	24.177.520	42.567.248

Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 4.845.309 (R\$ 3.123.007 em 2022).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	71.514.020	23.415.869	94.929.889	56.278.229	12.963.899	69.242.128
Financiamentos	3.646.339	2.672.700	6.319.039	1.717.710	1.460.771	3.178.481
Financiamentos rurais	1.897.360	7.433.328	9.330.688	2.037.810	-	2.037.810
	77.057.719	33.521.897	110.579.616	60.033.749	14.424.670	74.458.419

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito (nota 17), rendimentos no montante de R\$ 21.309.605 (R\$ 17.847.223 em 2022).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	17.279.748	17.279.748	-	15.464.628	15.464.628
B	1,0	67.949	69.289.810	69.357.759	57.115	31.729.230	31.786.345
C	3,0	126.846	12.175.031	12.301.877	221.317	10.701.097	10.922.414
D	10,0	912.326	4.526.439	5.438.765	93.410	10.462.663	10.556.073
E	30,0	419.141	1.116.502	1.535.643	144.687	1.424.323	1.569.010
F	50,0	135.418	479.033	614.451	210.904	549.647	760.551
G	70,0	346.585	903.201	1.249.786	152.964	551.305	704.269
H	100,0	898.032	1.903.555	2.801.587	785.423	1.909.706	2.695.129
		2.906.297	107.673.319	110.579.616	1.665.820	72.792.599	74.458.419

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	10.215.988
2025	21.614.534	2.841.564
2026	8.247.664	911.949
2027 a 2030	3.659.699	455.169
	33.521.897	14.424.670

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 8.638.953 (R\$ 5.930.097 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 824.185, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 662.074 em 2022), registrados em Ingressos de operações de crédito (nota 17).

S. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição por tipo de operação

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(4.247.184)	(1.890.084)	(6.137.268)	(3.743.834)	(2.073.732)	(5.817.566)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(408.131)	(23.517)	(431.648)	(124.429)	(1.996)	(126.425)
	(4.655.315)	(1.913.601)	(6.568.916)	(3.868.263)	(2.075.728)	(5.943.991)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(5.943.991)	(3.453.477)
Créditos baixados para prejuízo	3.522.302	804.216
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(3.697.895)	(4.565.473)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(454.719)	(152.165)
Reversão de provisão para operações de crédito	-	1.186.510
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	5.387	236.398
Saldo final	(6.568.916)	(5.943.991)

9. Outros ativos

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	17.739	-	17.739	3.674	-	3.674
Adiantamentos por conta de imobilizações	13.491	-	13.491	1.300	-	1.300
Pagamentos a ressarcir	78.486	-	78.486	49.646	-	49.646
Devedores diversos - País	221.601	-	221.601	486.657	-	486.657
Material em estoque	8.272	-	8.272	8.063	-	8.063
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	1.513.182	1.513.182	-	595.992	728.064
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	-	(24.000)	(24.000)	-	(128.000)	(128.000)
Despesas antecipadas	51.581	-	51.581	57.785	-	57.785
	391.170	1.489.182	1.880.352	607.125	467.992	1.207.189

10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	10%	27.000	(5.625)	21.375	24.075
Móveis e equipamentos	De 4% a 20%	2.208.248	(1.153.009)	1.055.239	1.023.292
Veículos	20%	450.728	(129.176)	321.552	253.137
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	862.239	(434.364)	427.875	436.751
Imóveis	4%	867.300	(508.361)	358.939	423.341
		4.415.515	(2.230.535)	2.184.980	2.160.596
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	113.248	(67.048)	46.200	21.123
		4.528.763	(2.297.583)	2.231.180	2.181.719

11. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista	34.061.328	29.412.382
Depósitos a prazo (i)	46.192.037	64.215.009
	R\$ 0.253.365	93.627.391

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 9.303.549 (R\$ 7.853.630 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	21.167.691
	21.167.691

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

13. Relações interfinanceiras

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Repasse interfinanceiros	1.872.393	7.399.091	9.271.484	403.327
	1.872.393	7.399.091	9.271.484	403.327

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possuía remuneração média de 0,46% a.m. e vencimento final ocorrido em setembro/2023. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 93.821 (R\$ 9.598 em 2022).

14. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	132.777	18.616
Gratificações e participações a pagar	87.631	59.205
Sobras a distribuir	31.589	32.388
Quotas de capital a pagar	515.236	431.885
	767.233	542.094
Diversas:		
Cheques administrativos (ii)	1.500.000	2.102.000
Provisão para pagamentos a efetuar	831.159	766.997
Credores diversos no País	24.606	12.047
	2.355.765	2.881.044
Outros passivos	-	535
	3.122.998	3.423.673

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 16b).
- ii. Trata-se de cheques pré-datados recebidos pelos cooperados e que estão sob custódia da Cooperativa

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

15. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. Segundo a assessoria jurídica da cooperativa, existem 2 (dois) processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 174.841. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis, em 31 de dezembro de 2023.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 6.636 e 6.493 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.290.508 (R\$ 1.052.951 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 142.563 (491.638 em 2022), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 1.361.844 (1.242.202 em 2022).

O capital social é de R\$ 17.710.923 e de R\$ 15.877.657 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	4.519.595	1.288.055
Ajustes de exercícios anteriores	141	-
Juros sobre o capital (i)	(1.902.825)	(920.323)
Reserva legal (ii)	(1.438.182)	(202.120)
FATES - Atos Cooperativos (iv)	(130.744)	(18.375)
FATES - Atos Não Cooperativos	(2.034)	(241)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.045.951	146.996

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2024, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 55% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 14).

c. Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de março de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para aumento de capital com sobras R\$ 142.563 (491.638 em 2022) aos cooperados.

17. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	8.099.206	15.138.709	11.957.137
Rendas de direitos creditórios descontados	2.224.962	4.888.039	4.608.571
Rendas de financiamentos	453.159	813.952	793.389
Rendas de adiantamento a depositantes	74.305	240.344	246.798
Rendas de financiamentos rurais	175.140	228.561	241.328
	11.026.772	21.309.605	17.847.223
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 8d)	492.014	824.185	662.074
	11.518.786	22.133.790	18.509.297

18. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de outros serviços	1.244.761	2.251.630	1.814.893
Rendas de cobrança	170.266	341.582	402.286
	1.415.027	2.593.212	2.217.179
Rendas de serviços prioritários – PF	13.742	29.007	34.249
Rendas de tarifas bancárias – PJ	8.555	20.095	28.955
	22.297	49.102	63.204
	1.437.324	2.642.314	2.280.383

19. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal – proventos	(1.534.503)	(2.789.690)	(2.226.213)
Despesas de pessoal – benefícios	(608.328)	(1.153.194)	(933.238)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(566.342)	(1.136.197)	(935.066)
Despesas de honorários – Conselho de Administração e Diretoria	(158.844)	(514.682)	(648.442)
Despesas de pessoal – treinamentos	(27.200)	(139.309)	(64.423)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(50.778)	(102.270)	(106.076)
	(2.945.995)	(5.835.342)	(4.913.458)

20. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesas da Central (nota 25.1)	(1.876.168)	(4.161.777)	(2.281.144)
Serviços do sistema financeiro	(603.624)	(1.187.204)	(867.693)
Transporte	(231.475)	(553.707)	(706.418)
Aluguéis	(228.550)	(423.719)	(424.251)
Depreciações e amortizações	(154.617)	(338.551)	(563.045)
Manutenção, conservação de bens e material	(121.678)	(313.671)	(137.929)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(222.031)	(304.521)	(316.228)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(79.133)	(146.061)	(326.940)
Água, energia e gás	(81.931)	(143.913)	(130.252)
Processamento de dados	(72.791)	(104.478)	(142.209)
Seguros	(39.918)	(81.450)	(67.712)
Serviços de vigilância e segurança	(26.769)	(55.672)	(43.333)
Comunicações	(17.181)	(32.247)	(37.052)
Viagem no país	(3.100)	(5.415)	(2.431)
Outras despesas administrativas	(316.365)	(615.923)	(378.553)
	(4.075.331)	(8.468.309)	(6.425.190)

21. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras e Juros a capital recebidas da CrediSIS Central (i) (nota 25.1)	333.745	1.481.912	-
Recuperação de encargos e despesas	627.658	906.954	239.029
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	22.023	32.291	20.828
Outras rendas operacionais	742.062	1.075.787	579.803
	1.725.488	3.496.944	839.660

(i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credis Central.

22. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(212.104)	(449.796)	(724.494)
Fundo de Contingência (nota 25.1)	(25.349)	(50.698)	(50.699)
Outras despesas operacionais	(47.823)	(47.823)	-
Despesas de cessão de operações de crédito	(5.279)	(7.863)	(6.520)
	(290.555)	(556.180)	(781.713)

23. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Lucros na alienação de valores e bens	-	2.200	41.551
Ganhos de capital	4.694	5.847	4.132
Atualizações Monetárias	272	272	-
Reversão de provisões não operacionais	-	-	176.000
Outras rendas não operacionais	3.398	10.021	16.332
	8.364	18.340	238.015
Despesas não operacionais			
Prejuízos na alienação de valores e bens	(52.722)	(120.216)	(7.028)
Perdas de capital	(5.219)	(17.783)	(25.648)
Despesas de provisões não operacionais	-	-	(250.000)
Outras despesas não operacionais	(17.288)	(64.015)	(131.111)
	(75.230)	(202.015)	(413.787)
	(66.865)	(183.674)	(175.772)

24. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

25. Partes relacionadas.

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	1.189.654	1.023.446
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	15.933.116	2.435.698
Patrimônio líquido		
Capital social	1.279.540	1.202.559
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	285.641	138.310
Dispêndio com captações	(2.052.881)	(1.706.021)
Benefícios:		
Honorários	426.374	570.782
Cédulas de presença	190.578	183.736

25.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná-RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	23.946.324	42.178.642
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	6.406.579	3.911.148
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 13)	1.872.393	403.327
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 13)	7.399.091	-
Principais operações:		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	4.845.309	3.123.007
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 21)	1.481.912	-
Dispêndios		
Operações de captação no mercado	(93.820)	(9.598)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 20)	(4.161.777)	(2.281.144)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 22)	(50.698)	(50.699)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	26.083.946	21.938.621
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	107.679.194	74.815.379
Índice de Basileia	24,22%	29,32%

27. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção “Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos”. De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

2S. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Henrique Gonçalves Lima

Presidente

CPF 664.833.872-53

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: ROO09276/O-4

CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br